

**CONFLITOS E REPRESSÃO  
NO CAMPO NO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO (1946-1988):  
ARTICULAÇÕES RURO-FABRIS  
NA BAIXADA FLUMINENSE**  
*CONFLICTS AND REPRESSION  
IN THE FIELD IN THE STATE OF  
RIO DE JANEIRO (1946-1988):  
ARTICULATIONS BETWEEN PEASANTS  
AND WORKERS IN THE BAIXADA FLUMINENSE*

Aline Borghoff Maia\*

**RESUMO:** O artigo objetiva tecer considerações sobre os conflitos por terra, a repressão e as resistências camponesas na Baixada Fluminense, território de periferia da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Empiricamente, debruça-se sobre situações conflitivas ocorridas em áreas rurais próximas à Fábrica Nacional de Motores, indústria de base instalada na década de 1940 em Duque de Caxias. Analisa, com base em fontes documentais, entrevistas e bibliografia especializada, a relação entre o empreendimento fabril e as dinâmicas de ocupação e reconfigurações fundiárias das terras a ele circunvizinhas. A partir deste exercício, reflete sobre a contextualidade das ações dos sujeitos envolvidos nos conflitos, entendendo-a como expressão de relações sociais construídas no imbricamento, perceptível no plano das relações produtivas e de sociabilidade, entre os universos operário e camponês. O estudo é resultado do projeto de pesquisa “Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”, financiado pela Faperj para subsidiar a Comissão Estadual da Verdade.

**Palavras-chaves:** Conflitos por terra; Fábrica Nacional de Motores; Ditadura civil-militar; Memória camponesa; Repressão política.

---

\* Mestre em Ciências Sociais e doutoranda no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e-mail: alineborgh@gmail.com

**ABSTRACT:** *The article aims at making considerations about land conflicts, repression and peasant resistance in Baixada Fluminense, the suburbs of Metropolitan Region of Rio de Janeiro. Empirically, it comprehends conflicting situations which occurred in rural areas near Fábrica Nacional de Motores, which was a base industry located in Duque de Caxias and built in the 1940s. It analyzes, based on documentary sources, interviews and specialized bibliography, the relation between factory undertaking and dynamics of occupation as well as land reconfigurations of areas that encircles it. From this exercise, it reflects upon the contextuality of the actions among subjects who are involved in these conflicts, understanding it as an expression of social relations built in the superimposition, noticeable in the level of productive relations and sociability, between the worker and peasant universes. This study is the result of the research “Conflicts and repression in the field in the state of Rio de Janeiro (1946-1988)”, funded by Faperj to subsidize the State Truth Commission.*

**Keywords:** *Land conflicts; National Motors Factory; Civil-military dictatorship; Peasant memory; Political repression.*

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto “Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”, coordenado pela professora Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), foi contemplado pela Faperj através do Edital 38/2013 – Apoio ao estudo de temas relativos ao direito à memória, à verdade e à justiça relativas a violações de direitos humanos no período de 1946 a 1988. A pesquisa desenvolvida ao longo de dois anos por este projeto, somada às produzidas por outros seis grupos também agraciados pelo mesmo edital, contribuiu para os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) e, de uma maneira mais ampla, para a consolidação de variados e interdisciplinares temas referentes à Justiça de Transição e ao fortalecimento da democracia brasileira<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O relatório completo desta pesquisa, assim como os de outros projetos beneficiados pelo mesmo edital, pode ser acessado pelo site <http://www.cev-rio.org.br/>.

De maneira mais específica, o estudo debruçou-se sobre os conflitos por terra e as situações de violência, repressão e resistências ocorridos no estado do Rio de Janeiro no período histórico delimitado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Sob a justificativa de que as práticas e efeitos da ditadura civil-militar no mundo rural e, nomeadamente, no mundo rural fluminense, haviam sido pouco discutidos pela historiografia, alçou à condição de objeto de pesquisa diversos territórios do estado e trouxe à luz especificidades que contribuem para a compreensão do enquadramento da questão agrária no regime ditatorial.

Casos empíricos emblemáticos analisados em profundidade, selecionados dentre um universo de mais de 200 situações conflituosas mapeadas em todo o Rio de Janeiro, evidenciaram que, para além da ação direta do Estado, as violências e violações de direitos humanos empreendidas contra as categorias de trabalhadores e trabalhadoras rurais articulavam-se no âmbito do poder privado. Descortinaram, também, uma miríade de atores e relações sociais, produtivas e de dominação que permeavam o campo fluminense no período temporal estudado, bem como sinalizaram a presença e atuação de mediadores políticos, jurídicos e religiosos de diversas afiliações. Para além das dinâmicas de opressão, a pesquisa também se deparou com notáveis experiências de resistência organizadas por lavradores ameaçados de perderem suas terras e, mais tarde, articulados em torno da bandeira da reforma agrária.

Metodologicamente, a investigação empenhou-se na análise de fontes documentais heterogêneas. Atentando para o fato de que, a depender dos agentes que os tenham produzido, os documentos expressam diferentes narrativas e olhares sobre os processos conflituosos, foram consultados os seguintes acervos: (a) Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ), que reúne um conjunto expressivo de documentação de origem sindical, *clippings* jornalísticos e ações judiciais; (b) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag-RJ), que dispõe de relatórios sobre as áreas de conflito e correspondências intersindi-

cais; (c) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), que possui vasto acervo sobre a política estadual; (d) Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional, que concentra publicações jornalísticas de diferentes veículos e épocas; (e) Plataforma Memórias Reveladas/Arquivo Nacional que disponibiliza documentos relacionados à repressão política no período 1964-1985; (f) Projeto Brasil Nunca Mais, que reúne virtualmente milhares de processos judiciais movidos contra presos políticos; e (g) Acervos sindicais, paroquiais e administrativos locais. Ademais, foram consultadas centenas de entrevistas concedidas, em diversos momentos históricos, por lideranças das lutas por terra, dirigentes de sindicatos e trabalhadores rurais. Por fim, foram realizadas entrevistas inéditas, coletadas nas muitas idas a campo, pela equipe do referido projeto.

O presente artigo, resultado deste longo percurso de pesquisa, objetiva tecer algumas considerações sobre os conflitos por terra, a repressão e as resistências camponesas deflagradas na Baixada Fluminense<sup>2</sup>, território de periferia da Região Metropolitana<sup>3</sup> do Rio de Janeiro. Dentre os 200 conflitos mapeados em todo o estado entre as décadas de 1950 e 1980, 94 ocorreram nesta grande área e, mais especificamente, 78 deles em municípios situados na Baixada. Sistematizados pelo projeto, os números referentes a assassinatos, prisões e outros tipos de violações perpetradas contra lavradores também sugerem o caráter representativo desta zona no cenário estadual.

Embora tais dados sugiram a existência de um meio rural ativo e permeado de tensões oriundas de relações sociais e produtivas complexas, consolidou-se na historiografia e no senso comum uma visão teleológica do campo nesta região. Compreendidas como espaços arcaicos fadados à modernização, as áreas rurais fluminenses perderam sua consistência histórica e desqualificaram-se como obje-

<sup>2</sup> Para além de uma região circunscrita a determinadas características fisiográficas, a conceituação da Baixada Fluminense foi e continua sendo objeto de disputas interpretativas que incorporam à sua conceituação geográfica aspectos de natureza social, política e econômica. Não adentraremos no escopo desta discussão e utilizaremos a classificação do IBGE para delimitar a região. Segundo a instituição, os municípios que compõem a Baixada são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

<sup>3</sup> A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São João de Meriti, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá. Para mapa da região, ver: [http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/RMRJ2013.pdf](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf) Acessado em Janeiro de 2016.

to de estudo na medida em que se confundiram com o atraso e deixaram de existir sob a influência do progresso vindo da cidade (Wanderley, 1997). As lutas camponesas, conseqüentemente, passaram a constituir uma dimensão silenciada da luta de classes deflagrada pelos processos de urbanização e periferação que se intensificaram, na Baixada Fluminense, a partir da década de 1930.

Buscaremos apresentar alguns elementos que contribuam para a construção e valorização da história e da memória camponesas neste território do estado do Rio de Janeiro. O faremos partindo do pressuposto de que o entendimento acerca das especificidades do meio rural na região, bem como dos conflitos que nele eclodiram, deve ser alicerçado na compreensão das relações que se tecem entre as dinâmicas fundiárias e a expansão das fronteiras urbanas, marcada pela formação de subúrbios, alocação de plantas industriais e mercantilização do solo para fins de especulação imobiliária. Estas relações nos são caras para sustentar o argumento que tentaremos defender ao longo do texto: os processos oriundos da urbanização ou, em outras palavras, as rápidas transformações pelas quais passou a Baixada Fluminense em virtude de sua incorporação urbana de caráter periférico e industrial, constituem-se tanto na origem das situações conflituosas como, em certa medida, em parte das condições que propiciaram a organização das resistências tais como elas se delinearão.

Empiricamente, nos concentraremos em um conflito emblemático deflagrado nas terras da Fazenda São Lourenço, localizada em Xerém, 4º distrito do município de Duque de Caxias. Vizinha à antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM), grande empreendimento industrial de natureza autárquica que se instalou na região em 1942, a Fazenda foi palco de uma pioneira resistência armada organizada por lavradores ameaçados de despejo por atores interessados na valorização exponencial da região.

Por fim, partimos da premissa de que a reconstrução histórica dos conflitos, além de revelar um complexo universo de práticas e resistências sociais invisibilizadas pela narrativa da história única (Bloch, 2001), contribui para que possamos pensar processos contemporâneos na chave das continuidades e do compromisso com a não-re-

petição de ações violadoras de direitos, justificadas, em grande medida, pelas demandas da modernização e do crescimento econômico.

## **2 QUESTÃO AGRÁRIA E URBANIZAÇÃO: ANTECEDENTES DOS CONFLITOS POR TERRA NA BAIXADA**

A ocupação colonial da Baixada Fluminense remonta ao ciclo do açúcar do século XVI, mas define-se, até meados do século XIX, em torno de atividades típicas de zonas intermediárias entre grandes núcleos econômicos. Neste sentido, as aglomerações na Baixada foram se organizando como vilas-entrepósitos ao redor dos caminhos que ligavam aos portos fluviais e marítimos. Neste sentido, seja em função das necessidades da circulação do ouro ou do escoamento da produção cafeeira, as aglomerações na Baixada foram se organizando como vilas-entrepósitos ao redor dos caminhos que ligavam aos portos fluviais e marítimos. A política local, por sua vez, definiu-se através das disputas travadas entre os grandes proprietários de terra pela construção e domínio das rotas mais cobiçadas e lucrativas. Segundo Alves (1998), o imbricamento entre os interesses da nobiliarquia local e da Coroa ao redor de tais disputas constituíram as bases de um coronelismo poderoso que se perpetuaria no padrão de dominação da região.

Na segunda metade do século XIX, a estrutura econômica sobre a qual se desenvolvia as vilas da Baixada começou a apresentar sinais de fragilidade. O incremento das redes ferroviárias<sup>4</sup> no país foi gradativamente tornando obsoletas as vias fluviais que justificavam a importância estratégica da região e, somando-se a este fator, a abolição da escravidão e a crise cafeeira contribuíram para a inauguração da fase de “decadência<sup>5</sup>” que caracteriza as narrativas sobre a área neste período.

A partir de então, dois debates estavam postos sobre o destino da Baixada. De um lado, o abandono da agricultura e a apropriação indébita de suas terras públicas contrastavam com as demandas geradas pela crise do café, que alertava sobre a importância da não de-

<sup>4</sup> Em 1854, foi inaugurada, pelo barão de Mauá, a primeira estrada de ferro do Brasil. Em 1855, começou a ser construída a Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil) que, em 1858, inaugurou seu primeiro trecho ligando Maxambomba (atual Nova Iguaçu) a Queimados e a Belém (atual Japeri).

<sup>5</sup> Para interpretações que problematizam a categoria, ver Grynszpan, 1987 e Souza, 2006.

pendência da produção agrícola de exportação para a consolidação da economia nacional. Paralelamente, ocorriam na cidade do Rio de Janeiro rápidas transformações que anunciavam a consolidação de um padrão segregacional de ocupação do espaço no estado. Neste contexto, são pautadas as primeiras políticas de saneamento dirigidas à região. Ao mesmo tempo em que visavam recuperar as terras para incentivar a organização de um “cinturão verde”, corporificado, a partir dos anos 1930, na implantação de núcleos de colonização<sup>6</sup>, a investida sanitaria também se explicava, assim, pela necessidade da área possuir condições mínimas de infraestrutura para receber as massas trabalhadoras “expulsas” do centro metropolitano por reformas urbanísticas como a empreendida por Pereira Passos.

Sobre este processo, Geiger e Mesquita (1956) sublinham que as políticas de saneamento, ao invés de propiciarem um incremento significativo da produção agrícola da Baixada Fluminense, suscitaram uma rápida valorização de suas terras, abrindo o caminho para a especulação imobiliária e para as atividades de loteamento urbano. É o que também argumenta Soares (1962 *apud* Alves, 1998), quando afirma que os loteamentos, herdeiros incontestes da estrutura agrária precedente e calcados nas grandes unidades fundiárias colocadas à disposição dos capitais metropolitanos pelo esforço sanitaria, tornaram-se a forma generalizada da incorporação que se anunciava. A abertura de diversas rodovias e a consolidação da malha ferroviária<sup>7</sup> como principal vetor da dilatação metropolitana rumo à Baixada Fluminense convergiram para a sua incorporação de caráter periférico e intensificaram a onda loteadora<sup>8</sup>. Além disso, permitiram que a fronteira do capital industrial, então alicerçado numa política econômica nacional-desenvolvimentista, se expandisse para a região com o auxílio de uma série de incentivos fiscais. O caráter do uso da terra na região, assim, foi sendo transformado pela sua valorização

6 Santa Cruz (1930), São Bento do Iguassu (Duque de Caxias, 1932); Tinguá (Nova Iguaçu, 1939), Duque de Caxias (1941); Papucaia (1951); e Santa Alice (1955).

7 Em 1927, foi construída a estrada Rio-Petrópolis, atual rodovia Presidente Kennedy; a partir de 1935, iniciou-se o processo de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil; em 1944, a Avenida Presidente Vargas foi aberta; em 1946, foi construída a Avenida Brasil; e, em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi inaugurada.

8 Até 1929, tinham sido aprovados 21 loteamentos com 20.524 lotes. Entre 1930 e 1939, o número subiu para 22. De 1940 a 1949, foram aprovados 447 loteamentos com 73.025 lotes. De 1950 a 1959, eles praticamente triplicaram: foram aprovados 1168 loteamentos com 273.208 lotes. (Alves, 1998, p. 64)

exponencial, seja em virtude das demandas por moradia, seja pela alocação de investimentos fabris.

As rápidas transformações que ocorreram na Baixada Fluminense, especialmente a partir dos anos 1930, repercutiram de maneira intensa no mundo rural. A expansão da fronteira urbana sentido periferia e, conseqüentemente, os projetos de vocacionamento da região à satisfação das demandas do núcleo metropolitano ressignificaram as dinâmicas de ocupação de suas terras, tanto no que diz respeito aos seus usos, quanto ao que se refere às relações de posse e trabalho nelas articuladas.

Dentre tais transformações, nos concerne sublinhar a exponencial valorização do solo rural e a intensidade e heterogeneidade do afluxo migratório que por ele transita e se instala em busca de terra, trabalho e moradia. A estrutura agrária tradicional dominada por “latifúndios improdutivos e decadentes” se dinamiza na medida em que novos interesses entram em jogo. Dinamizam-se, também, as formas de ocupação das terras e as relações que nelas se estabelecem. Novos atores ampliam os pólos do antagonismo histórico entre fazendeiros e camponeses: fábricas, empresas, administradores, arrendatários, políticos, especuladores, operários, lavradores, *grileiros* e *posseiros*<sup>9</sup>. É desta transição que emergem os tensionamentos sociais em torno da disputa sobre o direito de ocupação e uso da terra. As ameaças de despejo aos lavradores das terras valorizadas dão face ao início das situações conflitivas que, ao final dos anos 1950, eclodiram de maneira violenta na região. Em reação, a organização de movimentos de resistência e luta também assume contornos contundentes e particulares.

### **3 DUQUE DE CAXIAS: LUTAS CAMPONESAS E ARTICULAÇÕES RURO-FABRIS**

Duque de Caxias, município emancipado em 1943, é definido por Davis (1993) como uma periferia formada por um processo de industrialização fortemente impulsionado pelo investimento estatal. Somada ao contexto regional de intensificação da especulação imobiliária para fins de loteamento urbano, a instalação da Fábrica

<sup>9</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre a formulação e o acionamento das categorias “grileiro” e “posseiro”, ver Grynspan, 1987.



Nacional de Motores (FNM) em Xerém, em 1942, ilustra de maneira bastante apropriada esta caracterização. Responsável direto pela valorização fundiária das terras do distrito e pela chegada de significativos contingentes populacionais à região, o empreendimento, inicialmente tutelado pelo Estado brasileiro e dirigido pela Aeronáutica, interferiu de diversas formas na dinâmica fundiária de seu entorno, onde, não por acaso, eclodiram os principais conflitos por terra mapeados no município entre os anos 1950 e 1960.

Inserida na conjuntura política e econômica da Segunda Guerra Mundial e de implantação de grandes indústrias de base no estado do Rio de Janeiro, a FNM desapropriou 5 mil hectares de terra para abrigar o projeto da “Cidade dos Motores”. Trata-se da composição de um cenário tipicamente alicerçado em bases de pretensão autárquica, comum aos projetos econômicos alocados em áreas predominantemente rurais. É dizer: para além do espaço das unidades fabris propriamente ditas, a “fenemê”, valendo-se do amplo território à sua disposição, organizou áreas de lavoura e criação de animais, edificou moradias para os diferentes níveis de seus funcionários e construiu um completo aparato de instrumentos e serviços de infraestrutura, atendimento e lazer dos quais poderiam dispor seus trabalhadores-inquilinos. Se, por um lado, a desapropriação desta extensa área justificava-se pela demanda da auto-suficiência fabril, por outro, significava também o exercício de um domínio absoluto da empresa sobre os seus funcionários e, mais que isso, sobre toda a região dela circunvizinha.

Podemos supor, considerando as implicações de tal natureza autárquica, que a instalação da indústria nesta grande área rural, saneada para recebê-la, atraiu um significativo contingente populacional vindo de diversas partes do país e também de outras localidades do estado do Rio de Janeiro. A heterogeneidade desses migrantes deve ser ressaltada: para além da mão-de-obra recrutada oficialmente para os trabalhos fabris e para a lida nas lavouras e criações destinadas a produzir insumos a serem consumidos nos refeitórios, os entornos da FNM também receberam fluxos de pessoas que, atraídas por oportunidades latentes de emprego e terra, foram se instalando na região como *posseiros*. Começaram a se delinear, neste processo, fronteiras

pouco precisas entre as áreas de posse legítima da empresa e as áreas devolutas ou pertencentes às antigas fazendas de Xerém. Frutos deste mesmo transcurso e de uma conjuntura regional marcada pelo aumento da especulação imobiliária para fins de loteamento, as práticas de grilagem também começaram a se acentuar por este período.

Embora o início da gestação das tensões provenientes desta situação date da instalação do empreendimento na região, o estrito controle militar ao qual ele esteve submetido até 1947 logrou dominar os atores e as terras que, direta ou indiretamente, compunham seu universo. Terminada a Segunda Guerra e já num contexto de redemocratização, entretanto, a FNM foi transformada em sociedade anônima e reorientada para a produção automobilística. O projeto inicial de autarquia começou a perder força, assim como a militarização das relações entre a fábrica e seus funcionários. O controle sobre as terras, conseqüentemente, arrefeceu. Possivelmente não por acaso, data desta mesma época a criação da primeira Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, fundada por José Pureza da Silva, importante liderança camponesa da região. Poucos anos mais tarde, em 1952, os líderes dessa Comissão criaram a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF).

Partimos da hipótese de que esta mobilização está intimamente associada ao aguçamento do quadro de despejos ocorridos em decorrência do casamento entre a valorização das terras ao redor da FNM e o afrouxamento do controle de suas fronteiras, que abriu precedentes para as disputas em torno de sua posse. Apesar de as regiões de conflito não terem, a princípio, sido pleiteadas como parcelas de propriedade da empresa, concordamos com o argumento de Ramalho (1989) de que as situações conflitivas emergentes nas áreas rurais de Xerém caracterizavam-se pelo trânsito e pelas sociabilidades de lideranças camponesas e operárias propiciadas pela proximidade geográfica entre importantes fazendas, como a São Lourenço e a Capivari, e a Fábrica Nacional de Motores.

Embora perceptíveis nos esquemas de organização do funcionamento fabril, essas identidades devem ser percebidas em sua fluidez. Muitos operários vinham de trajetórias camponesas. Muitos lavradores combinavam sua atividade na terra com ocupações indus-

triais. Neste mesmo sentido, depoimentos e entrevistas também indicam que importantes lideranças que atuaram nestas e em outras lutas por terra na Baixada Fluminense tiveram experiências de trabalho e sindicalização em setores urbanos ou mesmo na própria Fábrica Nacional de Motores. O próprio José Pureza, inclusive, participou das “lutas operárias” quando trabalhava na construção civil. Sua decisão de ir para a área rural, segundo ele, deveu-se ao fato de que “os trabalhadores da cidade estavam se organizando, mas no campo não havia nada nesse sentido” e que, dada esta situação, “os dois movimentos, campo e cidade, deveriam marchar juntos” (Pureza, 1982, p. 17). Além de Pureza, Laerte Bastos começou sua luta “ali na FNM”, onde comprou um sítio, “mas queria mesmo era entrosar no movimento”<sup>10</sup>; Nilson Venâncio trabalhou na fábrica e, “quando começou a ter despejo na divisa com a São Lourenço” começou a “dar apoio”<sup>11</sup>; Félix Escobar, “camponês, comerciário e servente de obras”, foi do Sindicato dos Empregados no Comércio de Duque de Caxias e ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do mesmo município, tendo atuado na organização dos camponeses de Xerém.<sup>12</sup>

Referindo-se à organização sindical no interior da Fábrica Nacional de Motores, Ramalho afirma que “a proximidade política de operários e camponeses fez com que o sindicato da fábrica atuasse no sentido de realizar, na prática, uma colaboração entre as duas categorias de trabalhadores” (1989, p. 158). Além dos sindicalistas da indústria metalúrgica, Grynszpan (1987) e Hernandez (2010) afirmam, reforçando o ponto, que o movimento camponês da região também contou com o apoio dos Sindicatos dos Rodoviários, dos Ferroviários e dos Petroleiros de Duque de Caxias. Destacamos alguns depoimentos que colaboram para ilustrar este quadro. Nilson Venâncio afirma:

Fui trabalhar na FNM. Trabalhando na fábrica, comecei a ver que alguma coisa estava errada. Não tinha hora direito de almoço, comecei a esculhambar lá, brigar na fila. Aí o mestre João Vitor, que

10 Trecho de entrevista concedida a Marcelo Hernandez em Dezembro de 2004.

11 Trecho de entrevista concedida a Elisandra Galvão em Outubro de 2010.

12 <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/119>.

tinha sido um dos grandes quadros do Partido [Comunista] na Baixada, me chamou. Ele me viu esculhambando e falou que não era assim. Aí o Lenine, que foi atuante na FNM, me chamou. Ao mesmo tempo começou a ter despejo na divisa da São Lourenço com a FNM. Eu comecei a dar apoio. Fui recrutado no campo e na cidade. (...) Eu entrei no Partido pelo campo, não foi pela fábrica. (...) Eu era da Mantiqueira, da área da FNM, mas tinha prestígio em São Lourenço. Eu peguei por baixo o pessoal, organizei e trouxe (Nilson Venâncio, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1983).

Eu fui criado na roça dos meus pais. E sempre fui roceiro. Quando chegamos em Xerém, justamente o que eles queriam? Melhorar. (...) Eu pensei bem, disse, sabe de uma coisa, eu não vou ficar no meio desse mato não. Eu não vou conseguir arrumar dinheiro. Aí eu resolvi procurar emprego na cidade. Aí arrumei emprego, fui trabalhar na Sansão Vasconcelos, negócio que fazia carroceria de basculante de caminhão. Era uma metalúrgica, não é. Aí trabalhei cinco anos e oito meses naquela metalúrgica. (...) o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ele chegou perto de mim e falou assim: “seu Manoel, todo operário tem que ser sindicalizado. A arma nossa é o sindicato. Então, é preciso que o senhor se sindicalize, tá. (...) Quando chegar na época que tiver que fazer greve, o senhor sabe como é que se faz uma greve”. Aquela coisa, vai aprendendo. Então eu já aprendi um pouco naquilo ali. Quando eu fui para a associação do camponês eu já tinha uma noção de liderança não é. Já. Já estava acostumado com o Sindicato dos Metalúrgicos, não é? (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27/12/2004).

O papel da empresa nas origens e no equacionamento das resistências é evidente. Por um lado, a valorização das áreas, além de atrair *posseiros*, reacendeu o interesse de supostos proprietários, *grileiros* e empresas interessadas em especular com as terras, até então abandonadas. Por outro, o incremento populacional e as trocas entre lideranças e organizações operárias e camponesas que transitavam pela fábrica e seu entorno contribuíram para consolidar entre os la-

vradores a percepção de que as ameaças de despejo se constituíam em atos injustos contra os quais deveriam se mobilizar.

Há que se ressaltar, neste processo, a importante participação de mediadores diversos que colaboraram para a efetivação política de tais articulações cotidianas. O crescimento de associações de lavradores e sua expansão pelo Estado do Rio de Janeiro ocorreram paralelamente a um esforço sistemático do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de organizar os trabalhadores do campo em diversos pontos do país (Medeiros, 2015). Das lideranças operárias e camponesas que atuaram nos conflitos por terra na Baixada Fluminense e, especificamente, em Xerém, todas possuíram alguma vinculação com o Partido e várias estiveram à frente das principais organizações de representação rural do estado<sup>13</sup>. Os advogados do PCB e das organizações e sindicatos de categorias de trabalhadores urbanos e rurais também tiveram um papel significativamente relevante para a tradução dos tensionamentos sociais em matérias litigiosas.

Também no campo de mediadores, há de se fazer menção a figuras ligadas a um novo coronelismo clientelista, populista e eleito-reiro, base do poder político-econômico local, que, ao mesmo tempo em que se constituía como sustentáculo da grilagem e, portanto, dos conflitos, por vezes parecia estar favorável aos camponeses. Se, por um lado, os interesses comuns de oposição aos *posseiros*, que uniam proprietários e *grileiros*, ganhavam maior consistência política na articulação de compromisso em torno de lideranças políticas locais; por outro, a demagogia e o clientelismo de figuras personalistas detentoras do controle eleitoral conformavam a consolidação de um

13 Dos onze nomes que estavam à frente da ALF em 1954 – Seabra Matias Prata, Manoel Jerônimo, Manoel Ramos Volinho, Francisco Silva, Itamar Joel Miranda, José Pureza, Severino Ramos da Cruz, Júlio Augusto Correia, Antônio Gomes Resende, Curgulino Pereira Gomes e Abelardo Scheiner, pelo menos nove eram de Xerém. Na diretoria que assumiu a Falerj em janeiro de 1961, Manoel Ferreira de Lima, de Magé, era o presidente, em substituição a Manoel Marins, de Caxias. Seu primeiro vice-presidente era Alvinho Alves dos Santos, de Pedra Lisa, e o segundo, Júlio Joaquim de Oliveira, líder da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu, mas que, ao que parece, havia vindo de Caxias. O primeiro secretário, Bráulio Rodrigues, era de Pedra Lisa, ao passo que o segundo, Manoel Escobar, o primeiro tesoureiro, Joaquim Antônio, e o segundo tesoureiro, José Pureza, todos os três eram de Caxias. Dos três componentes do Conselho Fiscal, um, Francisco Lacerda, era de Nova Iguaçu e atuava em Pedra Lisa, o outro, Anésio Dias de Freitas, era de Cachoeiras de Macacu, e o último, Antônio Gomes, não temos informação sobre sua procedência. Em 1963, a presidência da federação coube a Pureza, tesoureiro da direção anterior. A vice-presidência era de Bráulio Rodrigues, antigo secretário. O tesoureiro era Manoel Ferreira de Lima, presidente anterior, e Alvinho Alves dos Santos, antigo vice-presidente, aparecia como diretor técnico (Grynszpan, 1987, p. 142).

poder caudilhesco com apoio de amplos setores de massa e, inclusive, em determinados momentos, de grupos de esquerda. Uma contradição aparente, mas não essencial: o discurso nacionalista apenas flertava com os lavradores sem que, em momento algum, pusesse em xeque os latifundiários como classe, preservando-os, portanto, como pilar da estrutura de poder no campo brasileiro. Duas lideranças sintetizam bem, em suas trajetórias políticas, este perfil de dominação descrito por Araújo (1982) e por tantos outros estudiosos da Baixada: Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti. Como veremos mais adiante, Moura era um dos condôminos da Fazenda São Lourenço; Tenório, por sua vez, é figura plástica e presente nos relatos de camponeses sobre os conflitos fundiários que estamos analisando<sup>14</sup>.

Estas intercessões entre as esferas de atividades camponesas e operárias, visíveis no plano das relações e arranjos cotidianos travados por e entre os diversos tipos de habitantes e mediadores de regiões rufo-fabris, são basilares para a compreensão dos conflitos por terra e das resistências que ocorreram em Xerém.

### **3.1 As trincheiras da Fazenda São Lourenço**

Um dos casos mais notórios de conflito por terra na região é o da Fazenda São Lourenço, contígua à III gleba de Capivari e à Fazenda Morro Grande. Nela ocorreu, em agosto de 1961, uma reação armada de um grande número de trabalhadores rurais contra uma ordem de despejo judicial.

A Fazenda São Lourenço era propriedade de um conjunto de quatro condôminos. Desde o início da década de 1950, toda a área era administrada por Emílio Horwitz, que estabelecia, pela força, com o apoio do poder político local e “representando o terror”, uma relação de forte domínio em relação aos lavradores ocupantes de seus limites. Em 1952, sob sua gerência, ocorreu, mediante o uso da violência e da destruição de benfeitorias, o primeiro despejo judicial das famílias que moravam e produziam nas terras da fazenda. Em 1959, após a morte do suposto proprietário, Fé Augusta, sua viú-

---

<sup>14</sup> Para uma discussão aprofundada sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, ver Beloch, 1986.

va, arrendou sua parte da propriedade para Antônio Strufaldi que, poucos meses após o estabelecimento do contrato, parou de pagar o aluguel e foi acionado pela Justiça. Em agosto de 1961, a ação de despejo movida contra ele – e, conseqüentemente, contra as famílias de posseiros que haviam logrado permanecer nas terras – foi executada pela 1ª Vara de Duque de Caxias. Das sete famílias indiciadas pela ação, quatro foram violentamente despejadas na ocasião. Segue um relato do despejo feito pelo lavrador Elísio e publicado no jornal *Luta Democrática*<sup>15</sup> do dia 20/08/1961:

Há dez anos fiz contrato com o Sr. Emilio para derrubar madeira e plantar bananeiras. Consegui, apesar de velho, plantar 17 mil pés. Nunca tive contrato com este italiano que está sendo despejado. Veio aqui o general Castelo Branco e ameaçou-me para sair das terras. Depois vieram os oficiais de justiça. E, quarta-feira, eles voltaram com soldados, quebraram os pratos onde eu acabava de almoçar com minha família, danificaram os móveis e os entulharam de qualquer maneira num caminhão. Levaram-me preso para o depósito judicial, ameaçaram-me de pancada. A ameaça foi feita por um tal de Olavo. É tudo uma farsa. Até minhas abelhas sofreram, pois quebraram as colmeias que eu fizera de caixotes. Por deboche, um sargento que comandava os bandidos ainda me deu um favo, dizendo: estás reclamando? Mas ainda estou te dando mel... (*Apud* Araújo, 1982, p. 36)

Muito embora a ação de despejo se destinasse formalmente aos sete *posseiros* indiciados e suas famílias, as ameaças e notícias sobre o caráter violento da desocupação repercutiam sobre o conjunto de ocupantes da Fazenda, cerca de 300 famílias. Segundo Ernandez (2010), vários lavradores teriam recebido notificações judiciais falsificadas, como mensagens de aviso sobre a disposição das forças dominantes. Temendo uma limpeza geral da área, mobilizaram-se em um movimento armado de resistência e se organizaram em trincheiras nas principais vias de acesso à Fazenda para impedir o des-

15 Jornal de forte apelo popular criado por Tenório Cavalcanti em 1954.

pejo das outras três famílias que constavam no processo judicial. Os trechos de entrevistas e matérias de jornal destacados a seguir dão uma dimensão desta mobilização:

Você acredita que com menos de 24 horas nós tínhamos 2.000 homens armados dentro da Fazenda São Lourenço? Gente de Pedra Lisa, gente de Tinguá, gente de Xerém, gente de Campos. Vinha caminhão cheio de homem rapaz! (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Ernandez em 27/12/2004)

“Se aparecer algum policial, fogo nele!” Esta foi a deliberação tomada pelos 200 lavradores que cavaram trincheiras na Fazenda São Lourenço e dali não saem nem para comer: olhos vigilantes e dedo no gatilho das espingardas, esperam a invasão da força policial ou dos grileiros de Duque de Caxias. Núcleos camponeses fluminenses estão se organizando em concentração semelhante à das Ligas Camponesas nordestinas a fim de apoiar os companheiros da Fazenda São Lourenço na luta que travam em defesa de suas terras. (...) Núcleo de camponeses de Tabuleiro, Fábrica Nacional de Motores, Cantão de Santa Cruz, Fazenda Mato Grosso, Pedra Lisa, Ponte Coberta e Km 49 solidarizam-se com seus companheiros e ameaçam também pegar em armas caso seja cometida qualquer violência contra os posseiros entrincheirados. (Caxias: ordem é morrer lutando. Lavradores em armas defendem suas terras. *Última Hora*, 19/08/1961, capa e p.7)

Então nessas resistências a gente se organizava mesmo. E nós fomos aperfeiçoando. Fomos aperfeiçoando, para resistir de qualquer maneira, então a polícia sabia que para entrar lá era um risco porque nós estávamos dispostos a tudo. Mas a gente fazia assim, a gente se armava mesmo. Nós tínhamos lá essas dinamites. Nós tínhamos dinamite preparada por quem sabia. Nós preparávamos para arrebentar ponte, acabar com o carro, arrebentar o carro, coisa assim não é. A polícia ia lá para reprimir, porque ela não queria que a gente se organizasse. A gente ficava de prontidão. Então nós ficávamos em unidades estratégicas, então a gente podia pegar na emboscada. (Laerte Bastos em entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 16/12/2004)



Inicialmente, a adoção desta estratégia de ação de confronto armado pelos lavradores da São Lourenço se deu contra a orientação das associações de lavradores da região e contra a linha majoritária do Partido Comunista, que mantinha uma presença constante nas organizações camponesas da Baixada Fluminense. Por sua vez, a Falerj, dirigida, à época, por José Pureza, manifestou-se dizendo que a entidade deveria respeitar e acatar tudo aquilo que fosse determinado pela massa.

Para além dos trabalhadores rurais, houve, também, como viemos tentando demonstrar, uma participação significativa de setores urbanos na luta contra o despejo. Segundo Grynszpan (1987), o movimento teria instalado um “quartel general” no Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias. Além desta categoria, o autor afirma que os ferroviários do município também estavam se preparando para entrar em greve caso os lavradores sofressem novas agressões. O Sindicato dos Petroleiros também é mencionado como apoiador do levante em diversas fontes que pudemos consultar.

Após o confronto, que deixou quatro homens feridos, o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro destacou 50 policiais para a região e a questão passou ao âmbito do Dops. A ocupação da Fazenda por contingentes policiais parecia não ser uma novidade para eles. Para além da violência associada a esta presença, chama atenção o fato de que elementos da força policial acabavam se constituindo, eles mesmos, em agentes de grilagem e de exploração da produção local.

Preocupado com a repercussão da luta em outros territórios de situação fundiária semelhante, o juiz responsável pelo litígio suspendeu a ação de despejo. No dia 21 de agosto de 1961, o governador fluminense Celso Peçanha decretou a urgência da desapropriação da Fazenda, declarando-a de utilidade pública. Embora o decreto tenha significado uma importante vitória, os *posseiros* permaneceram em situação irregular até 1964, pois não haviam conseguido a propriedade jurídica da terra e, portanto, constavam como ocupantes de área pública. Uma matéria publicada pelo jornal *Última Hora* ilustra bastante bem a manutenção do clima de tensão e violência que permanecia caracterizando a região:

Dez mil cruzeiros por cabeça de lavrador morto é o preço estabelecido pelos grileiros da Fazenda São Lourenço” – declara-nos o Sr. Henrique Neves de Carvalho, que foi alvejado quando dormia em companhia da mulher e dos três filhos. Uma gang de pistoleiros vem sendo formada com o objetivo de acabar com todos os lavradores de Xerém. Essa capangada tem como chefe um tal de José Vasconcelos e José Goiaba, ambos financiados pelo italiano Antônio Strufaldi. (...) Um dos lavradores, quando viajava de trem rumo a Belfort Roxo, foi agredido por um dos componentes da gang, que quase o enforcou às vistas dos demais passageiros. (...) Nilson Venâncio fez à reportagem um relato: “querem assassinar 15 lavradores a fim de que os demais fiquem amedrontados e abandonem as terras cobichadas pelos grileiros. Vários companheiros já sentiram a violência. Pernambuco, por exemplo, é lavrador como qualquer um de nós e foi alvejado pelas costas. Zezinho, outro companheiro, teve os olhos furados à bala por um tal de Anibal, que se intitula subdelegado local. Antônio Soares e José Tibúrcio estão ameaçados de morte. Enquanto isso, a polícia nos persegue, deixando impunes os assassinos profissionais.” (...) (Grileiros contratam pistoleiros para matar lavradores de Caxias, *Última Hora Fluminense*, 09/10/1961, p. 3)

Considerando este contexto de indefinição e violência que sucedeu a deflagração das trincheiras de São Lourenço, traremos no tópico seguinte elementos para discutirmos os efeitos do Golpe civil-militar de 1964 na região sobre a qual estamos nos debruçando.

#### **4 O GOLPE CIVIL-MILITAR E A REPRESSÃO AOS CAM- PONESES DE XERÉM**

Após o Golpe de 1964, todas as 22 desapropriações ocorridas desde 1958 no estado do Rio de Janeiro, inclusive a da Fazenda São Lourenço, foram revertidas (Ernandez, 2010). As lideranças camponesas foram perseguidas, assim como as suas organizações de classe.

Em Xerém, a repressão atingiu as áreas rurais e a Fábrica Nacional de Motores. Um operário relata que o Exército invadiu casas

e plantações mantidas por colonos e destruiu o que pode. Prendeu e torturou pessoas. Um caso narrado é ilustrativo da concepção existente sobre as lutas na região: “um camponês, *posseiro*, foi amarrado de cabeça para baixo no sol quente, em frente da esposa e filhos, ‘para dizer onde tinha arma escondida’” (Ramalho, 1989, p. 201).

Com efeito, as lutas camponesas eram entendidas pelos militares como possíveis focos de preparação de guerrilhas e tratadas com extrema violência. O tema é bastante explorado no IPM 709, que investigou as ações do Partido Comunista. Segundo o documento, “pacíficos lavradores eram persuadidos a ações violentas por lideranças partidárias, que se aproveitavam de suas fragilidades” (IPM 709, 1966).

Algumas das entrevistas às quais tivemos acesso ajudam a dar uma dimensão da repressão que se abateu sobre a região, como as que destacamos a seguir:

Depois de Capivari aconteceu a guerra. Em 64. Engoliu aquilo tudo, passou o sarrafo, aí acabou, acabou de vez. Aí não tinha dinheiro, não tinha trabalhador, não tinha nada. Eles roubavam o que tinha. O Exército entrou, roubou mais do que a polícia! Dizia que o cara era comunista e quebrava tudo. Se o cara não está aí, prende a família dele logo. E assim, um bocado de gente sumiu, um bocado de gente nessa história rapaz. Tem gente que sumiu que não tinha nada a ver com o troço rapaz. (...) No dia 1º de abril de 64 estourou o golpe militar. E aí começaram... Chegaram lá procurando as lideranças. E sabe que tem gente que dá informação de tudo rapaz. Aperta um cá e fala, aperta outro cá, fala. Eles foram lá aonde eu trabalho, me levaram lá perto para depor. Quer dizer, eles tinham bem a informação. Então eu ainda saí antes da coisa. (...) Mas eles eram tudo terrorista mesmo, que estavam lá bancando, dizendo que os comunistas eram perigosos. Os perigosos eram eles que estavam lá entender? (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Hernandez em 2004). Aí nesse ínterim estourou a revolução. E nós nessa coisa, nesse contato com o sindicato e tudo o mais. E a revolução estava assim: derruba o Jango ou não derruba. Quando nós entramos nisso, nós já falamos “não fale no negócio da política, mas só na luta da terra.”

Mas uma coisa liga a outra, nós estávamos mobilizados. A nossa proposta era uma proposta da reforma agrária, da posse da terra, aquela coisa toda. Estávamos engajados na luta. Então na noite de 31 nós estávamos lá numa mobilização. Formamos uma estratégia, combinamos assim entre nós: vamos mobilizar o pessoal, mas cada um vai para casa. Fica tranquilo com suas esposas e não tem como mexer. Isso que também nós colocávamos para essa coisa. Então as tropas do Mourão Filho já tinham descido. Quando eles chegaram ali na FNM, na serra, eles mandaram um pessoal do exército lá para dentro, motorizado e tudo, com aquele jipão do Exército, aquela coisa toda. Quando nós desmobilizamos a gente saiu de onde estava, fomos para dentro da roça de arroz e ficamos lá esperando clarear o dia e tal, querendo saber, aquela coisa toda. Aí a gente saiu para uma região que a gente sabia que tinha, conhecia à área não é, dentro de uma pequena mata. Estavam lá procurando onde era o foco da gente. Tem que sair, tem que sumir, tem que ficar longe (Laerte Bastos, entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 2004).

A perseguição, quando não se consumava em prisões e violências físicas, impelia os militantes a viverem escondidos. Muitas famílias camponesas e operárias de Xerém foram, assim, desestruturadas pela ditadura civil-militar. O depoimento de Nicodemos Alves Machado, trabalhador da FNM e membro do sindicato dos metalúrgicos, descreve bem esta situação:

Quando foi em 64 que estourou a revolução, eles foram nos prender. Eu saí de Xerém, entrei naquelas matas e fui parar lá em Tinguá. Fiquei lá comendo coco, bebendo água. Eles foram lá, meteram as máquinas, derubaram as casas todinhas. A casa onde eu morava foi derrubada. Aí foi aquele sofrimento, de maneira que eu fugi. Depois me prenderam. Eu fiquei preso determinado tempo, depois soltaram a gente, mas a gente tinha que ir todo dia lá assinar. Aí eu pensei: “Meus Deus, o que eu vou fazer aqui?” Não tinha mais nada de sobrevivência. Tinha um caminhão que ia pro Paraná e eu pedi uma carona. Peguei minha mulher, mais dois filhos e um outro garoto que nós criamos e fomos naquele caminhão.

Foi uma pressão psicológica muito grande. (Entrevista concedida a Aline Borghoff Maia e a Elisandra Galvão em junho de 2015).

Se a repressão contra lavradores e operários foi implacável e logrou desmobilizar significativamente os trabalhadores e entidades às quais nos referimos ao longo deste texto, há alguns indícios de que em Xerém tenha havido um princípio de organização de resistência de caráter guerrilheiro promovida pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Em um interrogatório constante do prontuário de Joaquim Antônio, datado de 1971, o depoente afirma que o MR-8 possuía algumas áreas no Brasil com possibilidades de trabalho político e as menciona com seus codinomes: Marajó (Alagoinhas), Pará (Xerém, Tinguá, Capivari), Roraima (Bahia) e Acre (Cachoeira de Macacu). É sabido que Félix Escobar Sobrinho, diretamente envolvido nas mobilizações pré-64 de São Lourenço e Capivari, atuou na organização tendo, inclusive, vivido na mesma residência de Iara Javelberg num arranjo em que se apresentavam como pai e filha. O nome de Félix integra a lista anexa à Lei nº 9140/95, onde constava como desaparecido desde a prisão, ocorrida em 1971, provavelmente na Baixada Fluminense<sup>16</sup>. A existência de tais focos de ação armada chama atenção especialmente se levarmos em consideração que, em 1968, o município de Duque de Caxias foi declarado área de interesse da Segurança Nacional por abrigar em seu território a Reduc<sup>17</sup>.

Para além destas, há poucas informações sobre o período ditatorial no campo na região. Em um seminário intitulado “História da resistência camponesa, luta pela terra e temas sobre a Baixada Fluminense”, realizado no dia 12 de setembro de 2015 no Colégio Paroquial Jesus Maria José, em Xerém, entretanto, os debates fomentados levantaram pistas interessantes a serem perseguidas. Um participante, antiga liderança camponesa da região, afirmou que na FNM havia uma espécie de delegacia para onde muitas pessoas, camponeses ou operários, foram levadas para serem interrogadas e torturadas. De lá, eram enviadas para o Dops, no Rio de Janeiro.

16 Sua morte foi reconhecida em 12 de Dezembro de 2014, poucos dias após a publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

17 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5449.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5449.htm)

Outro expositor, neto de Domingos Lopes, um lavrador que atuou diretamente nos conflitos de São Lourenço e Capivari, asseverou que documentos do Dops datados de abril de 1970 e constantes no IPM de Duque de Caxias associavam seu avô à organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O mesmo informante ainda expôs que em Xerém havia um sítio onde dois militantes do PCB, Joaquim Pires Cerveira e Albertina Paulo de Souza, faziam trabalho de base para o partido. Seu avô, depois de ter ficado desaparecido por três meses, foi encontrado em estado de semi-inconsciência no hospital Torres Homem, em Manguinhos, vindo a falecer pouco tempo depois.

Essas informações apontam para uma face pouca conhecida da história dos conflitos no campo que é a tentativa de criação, por diferentes organizações de esquerda que se formaram a partir de dissidências do Partido Comunista, de focos de treinamento guerrilheiro em áreas onde houve forte atuação das organizações camponesas no pré-64. Ademais, evidenciam, como temos tentado demonstrar ao longo do presente texto, que os espaços de intercessão entre as militâncias operárias e camponesas construía-se em relações sociais não dicotômicas e estagnadas, mas dinâmicas e complementares. Estas esferas de articulação mostraram-se mais uma vez evidentes na reorganização das lutas fundiárias que, a partir dos anos 1980, foram deflagradas na Baixada Fluminense na forma de ocupações de terra.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo dos anos 1970 e 1980, a Baixada Fluminense passou por uma nova onda de intensificação urbana e os processos de grilagem e expropriação recorrentes desde os anos 1950, por consequência, voltaram a exercer uma forte pressão sobre as terras de uso agrícola da região. Dabul (1987) lança luz, neste sentido, sobre uma nova forma de mercantilização do solo rural que passou a disputar com a agricultura e as atividades camponesas os espaços em áreas de fronteira com os aglomerados urbanos: trata-se dos loteamentos vendidos para a formação de sítios de recreio e veraneio para famílias de classe média.

Para além de uma conjuntura que impunha, por si só, a necessidade de mobilização, as experiências e acúmulos da resistência ocorrida no período anterior em muito contribuíram para a nova forma de luta pelo direito à terra que se configurou. Neste sentido, embora a repressão ditatorial tenha atingido de diversas maneiras as possibilidades de organização dos trabalhadores na região que estamos analisando, a criação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) em Xerém, em 1978, sugere que o período não tenha sido de total desmobilização, mas de redefinição das formas de luta e articulação.

Tendo a frente antigas lideranças da Baixada Fluminense, como Joaquim Antônio, Laerte Bastos e Chico Silva, e recebendo apoio da Pastoral Ecumênica de Xerém, o NAF possuía o objetivo de organizar os lavradores em torno de demandas como crédito e condições de comercialização da produção. Novos desafios, afinal, se impunham à realidade dos trabalhadores ocupantes das antigas regiões de conflito fundiário localizadas em Duque de Caxias. As ocupações de terra deflagradas no início da década de 1980, grande parte delas localizadas nestas mesmas regiões, parecem vincular-se, também, à ação da nova entidade que, gradativamente, tornava-se polo irradiador de novas iniciativas organizativas e mobilizadoras. Embora não tenhamos como adentrar em detalhes na dinâmica destes movimentos de (re)ocupação, vale ressaltar que, para além dos lavradores, eles reuniram também um significativo público de pessoas que viviam nas franjas urbanas e enfrentavam problemas de moradia típicos das áreas de periferização intensa.

Para além da pressão por moradia e terra e da retomada da organização abordada no tópico anterior, é preciso considerar também uma importante mudança na conjuntura política do estado, marcada pela eleição de Leonel Brizola como governador em 1982. Esse fato foi extremamente importante por criar o que foi percebido como uma oportunidade política (Tarrow, 2009) para a retomada das ocupações de terras que já estavam sendo gestadas.

A postura do novo governador foi a de negociar e evitar repressão, o que encorajou as iniciativas. Em maio de 1983, neste sentido, foi criado, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abas-

tecimento, um Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários para atuar nos conflitos fundiários rurais (Novicki, 1992). Logo depois, em novembro, foi instituída uma Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), ligada à Secretaria da Justiça e posteriormente à Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), criada em maio de 1986, para tratar de questões fundiárias tanto rurais como urbanas. Dessa forma, o governo estadual se munia de mecanismos institucionais para lidar com os conflitos, sem priorizar ações repressivas.

Nesse processo, diversas desapropriações foram feitas, apesar de os governos estaduais, por disposições constitucionais, não terem poder para realizar desapropriações por interesse social. Frente a essa dificuldade, eram utilizados mecanismos como o de desapropriação por utilidade pública ou para a criação de fazendas experimentais. Criava-se assim um fato político, os trabalhadores eram alocados na terra, e o proprietário teria que provar a propriedade para receber indenização. Em alguns casos, isso nunca aconteceu e os trabalhadores puderam continuar, mesmo que às vezes, somente de posse de uma licença de ocupação. É nessa lógica que foram desapropriadas em Nova Iguaçu, Campo Alegre e Pedra Lisa, ainda no governo Brizola e nos anos posteriores, a fazenda Normandia. Pelo governo federal, foram desapropriadas em Nova Iguaçu, Boa Esperança, São Bernardino e, em Duque de Caxias, a 3ª. Gleba de Capivari, ainda em 1982, e Morro Grande, já em 1989.

Embora não esteja no escopo deste trabalho discutir com profundidade estes movimentos de ocupação e sua relação com a política fundiária dos governos, nos interessa ressaltar, mais uma vez, e a nível de consideração final, que o lugar das dinâmicas comumente categorizadas como rurais, na Baixada Fluminense, se constrói na relação permanente com os processos de urbanização que, apesar das especificidades de cada período histórico, acompanham a ocupação e o desenvolvimento da região. Assim, se as tensões sociais gestam-se a partir dos efeitos da expansão das fronteiras urbanas, a organização de resistências, em suas diferentes formas, também encontra nas articulações proporcionadas por essas situações fronteiriças as suas condições de desenvolvimento.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. S. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.
- ARAÚJO, F. G. B. de. Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964. 1982. *Dissertação* (Mestrado). Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- BELOCH, I. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- DABUL, L. Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial. In *Unidade e prática da fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém. Cadernos do CEDI*, 17. Rio de Janeiro: CEDI. Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987.
- DAVIS, M. *Cidade de quartzzo*. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- GEIGER, P., MESQUITA, M. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.
- GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964. 1987. 2 v. *Dissertação* (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro.
- MEDEIROS, L. S. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa). Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983.
- NOVICKI, V. O estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987). 1982. *Dissertação* (mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- PUREZA, J. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- RAMALHO, J. R. *Estado-patrão e luta operária. O caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, B. R. da. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008 (organização de Leonilde Servolo de Medeiros).

SOUZA, M. S. S. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: *Revista Pilares da História*, nº 6, 2006.

TARROW, S. *O poder em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

WANDERLEY, M. N. de. *O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*. XXI Encontro Anual da Anpocs, 1997.

**Recebido:** 12/07/2016.

**Aprovação final:** 10/12/2016.